

5. Atente para as seguintes frases:

- I. Não é possível estabelecer à medida que distancia um notório tímido de um notório extrovertido.
- II. Não assiste às pessoas extrovertidas o privilégio exclusivo de se fazerem notar; também as tímidas chamam a atenção.
- III. Ainda que com isso não se sintam à vontade, os tímidos costumam captar a atenção de todos.

Justifica-se o uso do sinal de crase SOMENTE em

- (A) I.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

6. Transpondo-se para a voz passiva o segmento *ninguém descobre sua timidez*, a forma verbal resultante será:

- (A) não é descoberta.
- (B) não tem descoberto.
- (C) não terá descoberto.
- (D) não será descoberta.
- (E) não terá sido descoberta.

7. Na frase *Se ficou notório apesar de ser tímido, talvez estivesse se enganando junto com os outros (...)*, o segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido e a correção, por:

- (A) inclusive a timidez.
- (B) conquanto a timidez.
- (C) tendo em vista a timidez.
- (D) não obstante a timidez.
- (E) em razão da timidez.

8. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:

- (A) Faz parte do humor do texto a controvérsia que o complexo de inferioridade implica em que, no fundo, trata-se de seu oposto.
- (B) Nem todos concordarão com as teses do autor, mesmo porque um humorista não escreve com o fito de estabelecer verdades incontroversas.
- (C) É notório que o autor do texto seja um tímido, onde se conclui de que ele está falando com o autoritarismo de sua própria experiência.
- (D) Não se deve vexar os tímidos por sua timidez, porque mesmo os extrovertidos, segundo o autor, não deixam também de ser assim.
- (E) Mesmo uma Elke Maravilha, afirma o autor, portará consigo um lado de timidez, por conta das extroverções em cujas se fez notória.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

Duas linguagens

Na minha juventude, tive um grande amigo que era estudante de Direito. Ele questionava muito sua vocação para os estudos jurídicos, pois também alimentava enorme interesse por literatura, sobretudo pela poesia, e não achava compatíveis a linguagem de um código penal e a freqüentada pelos poetas. Apesar de reconhecer essa diferença, eu o animava, sem muita convicção, lembrando-lhe que grandes escritores tinham formação jurídica, e esta não lhes travava o talento literário.

Outro dia reencontrei-o, depois de muitos anos. É juiz de direito numa grande comarca, e parece satisfeito com a profissão. Hesitei em lhe perguntar sobre o gosto pela poesia, e ele, parecendo adivinhar, confessou que havia publicado alguns livros de poemas – “inteiramente despretensiosos”, frisou. Ficou de me mandar um exemplar do último, que havia lançado recentemente.

Hoje mesmo recebi o livro, trazido em casa por um amigo comum. Os poemas são muito bons; têm uma segura de estilo que favorece a expressão depurada de finos sentimentos. Busquei entrever naqueles versos algum traço bacharelesco, alguma coisa que lembrasse a linguagem processual. Nada. Não resisti e telefonei ao meu amigo, perguntando-lhe como conseguiu elidir tão completamente sua formação e sua vida profissional, freqüentando um gênero literário que costuma impelir ao registro confessional. Sua resposta:

– Meu caro, a objetividade que tenho de ter para julgar os outros comunica-se com a objetividade com que busco tratar minhas paixões. Ser poeta é afinar palavra justas e precisos sentimentos. Justeza e justiça podem ser irmãs.

E eu que nunca tinha pensado nisso...

(Ariovaldo Cerqueira, inédito)

9. O argumento em favor da plena compatibilidade entre a linguagem da poesia e a das práticas jurídicas está formulado na seguinte frase:

- (A) (...) têm uma segura de estilo que favorece a expressão depurada de finos sentimentos.
- (B) (...) conseguiu elidir tão completamente sua formação e sua vida profissional (...)
- (C) Justeza e justiça podem ser irmãs.
- (D) É juiz de direito numa grande comarca, e parece satisfeito com a profissão.
- (E) Apesar de reconhecer essa diferença, eu o animava, sem muita convicção (...)

<p>10. Todas as formas verbais estão corretamente empregadas e flexionadas na frase:</p> <p>(A) O juiz lembrou ao amigo que o ofício de poeta não destitue de objetividade o ofício de julgar.</p> <p>(B) Nem bem se detera na leitura dos poemas do amigo e já percebera que se tratava de uma linguagem muito depurada.</p> <p>(C) Não há nada que impela mais ao registro confessional da linguagem do que uma vocação poética essencialmente lírica.</p> <p>(D) O juiz disse ao amigo que lhe conviria freqüentar as duas linguagens, a poética e a jurídica.</p> <p>(E) Constatou que nos poemas não se vislumbrava qualquer marca que adviesse da formação profissional do amigo.</p>	<p>14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Mais que tudo me (agradar), naquele livro, os recursos formais que intensificavam o lirismo.</p> <p>(B) As duas práticas a que (fazer) referência o texto não são, de fato, inconciliáveis.</p> <p>(C) Entre as várias qualidades de seus poemas (destacar-se), acima de todas, a virtude da contenção.</p> <p>(D) Como não (haver) de surpreender, em seus poemas, a precisão dos recursos estilísticos?</p> <p>(E) Aos poetas confessionais (costumar) apresentar-se o risco de excessos emotivos.</p>
<p>11. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:</p> <p>(A) <i>como conseguiu elidir</i> = como logrou obliterar.</p> <p>(B) <i>impelir ao registro confessional</i> = demover o plano das confissões.</p> <p>(C) <i>não lhes travava o talento</i> = não ia ao encontro de seu potencial.</p> <p>(D) <i>“inteiramente despreziosos”, frisou</i> = “em nada intencionais”, aludiu.</p> <p>(E) <i>têm uma segura de estilo</i> = manifestam uma esterilidade.</p>	<p>15. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) Surpreendeu-me que tivesse escrito poemas <u>em cujos</u> não havia vestígio de academicismos.</p> <p>(B) Meu amigo deu-me uma explicação <u>à qual</u> pude aproveitar uma lição muito original.</p> <p>(C) Meu amigo juiz escrevia poemas <u>que o</u> estilo de linguagem era muito depurado.</p> <p>(D) Expressava-se numa linguagem poética <u>em que</u> ele se obrigara a ser contido e disciplinado.</p> <p>(E) Logo recebi o livro de poemas <u>nos quais</u> o grande valor expressivo eu sequer desconfiava.</p>
<p>12. A afirmação feita pelo juiz de que a objetividade para julgar alguém comunica-se com a objetividade poética na expressão das paixões salienta sua convicção de que</p> <p>(A) a linguagem confessional serve a ambas as situações.</p> <p>(B) a busca de precisão é indispensável nos dois casos.</p> <p>(C) não há distinção visível entre as duas atividades.</p> <p>(D) um julgamento é permeado pelos puros sentimentos.</p> <p>(E) a oposição entre ambas as situações reforça-as mutuamente.</p>	<p>16. O Windows XP possui um componente chamado “restauração do sistema” que atua sobre o <i>registry</i>. Esse componente salva periodicamente, além de outros estados de <i>software</i>,</p> <p>(A) os <i>hives</i>.</p> <p>(B) o HD.</p> <p>(C) os barramentos.</p> <p>(D) a memória RAM.</p> <p>(E) o <i>boot</i>.</p>
<p>13. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) Naqueles poemas não se notava qualquer traço bacharelesco que viria a taldar o estilo preciso e depurado dos versos.</p> <p>(B) Ainda que busque entrever algum excesso de formalismo nos poemas do amigo, o autor não os tinha encontrado.</p> <p>(C) O autor nunca teria suspeitado que seu amigo viesse a se revelar um poeta extremamente expressivo.</p> <p>(D) Embora anime seu amigo, o autor não revelara plena convicção de que um juiz podia ser um grande poeta.</p> <p>(E) O autor logo recebera em casa o último livro de poemas que seu amigo lhe prometeu enviar.</p>	<p>17. Começa a executar a partir da ROM quando o <i>hardware</i> é ligado. Exerce a função de identificar o dispositivo do sistema a ser inicializado para, em última instância, executar o carregador de <i>boot</i>. Este enunciado define</p> <p>(A) a RAM.</p> <p>(B) o sistema operacional.</p> <p>(C) o kernel.</p> <p>(D) o BIOS.</p> <p>(E) o drive.</p>

<p>18. Quando o modo de substituição do editor BrOffice.org Writer estiver ativado, o cursor de texto terá o formato de</p> <p>(A) um bloco fixo.</p> <p>(B) uma linha horizontal fixa.</p> <p>(C) uma linha vertical intermitente.</p> <p>(D) uma linha horizontal intermitente.</p> <p>(E) um bloco intermitente.</p>	<p>22. O <i>software</i> que infecta um computador, cujo objetivo é criptografar arquivos nele armazenados e, na seqüência, cobrar um resgate do usuário para fornecer uma senha que possibilite decriptar os dados, é um <i>malware</i> do tipo</p> <p>(A) <i>trojan</i>, denominado <i>spyware</i>.</p> <p>(B) <i>backdoor</i>, denominado <i>spyware</i>.</p> <p>(C) <i>trojan</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p> <p>(D) <i>backdoor</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p> <p>(E) <i>worm</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p>
<p>19. FAT, RAID e FTP são siglas aplicáveis, respectivamente, a</p> <p>(A) protocolo de rede, redundância de armazenamento de dados e topologia de rede.</p> <p>(B) sistema de arquivo, redundância de armazenamento de dados e transferência de arquivo remoto.</p> <p>(C) sistema de arquivo, redundância de armazenamento de dados e topologia de rede.</p> <p>(D) sistema de rede, sistema de arquivo e transferência de arquivo remoto.</p> <p>(E) sistema de rede, redundância de armazenamento de dados e sistema de arquivo.</p>	<p>23. A exibição de um * (asterisco) em um determinado campo da barra de status da planilha BrOffice.org Calc indica que apenas</p> <p>(A) o documento novo ainda não tem nome com a extensão .ods ou as alterações no documento ainda não foram salvas.</p> <p>(B) o documento novo ou as alterações no documento ainda não foram salvas.</p> <p>(C) o documento novo ainda não foi salvo.</p> <p>(D) as alterações no documento ainda não foram salvas.</p> <p>(E) o documento novo ainda não tem nome com a extensão .ods.</p>
<p>20. A configuração de rede mais adequada para conectar computadores de</p> <ul style="list-style-type: none"> - um pavimento - um estado - uma nação <p>é, respectivamente:</p> <p>(A) WAN, WAN, LAN.</p> <p>(B) WAN, LAN, LAN.</p> <p>(C) LAN, WAN, WAN.</p> <p>(D) LAN, LAN, WAN.</p> <p>(E) LAN, LAN, LAN.</p>	<p>24. A personalização do Mozilla Thunderbird 2, por meio do gerenciamento de extensões e temas em um único lugar, ficou facilitada com o novo</p> <p>(A) Painel de Configurações.</p> <p>(B) Navegador de Mensagens.</p> <p>(C) Gerenciador de Interfaces.</p> <p>(D) Gerenciador de Complementos.</p> <p>(E) Painel de Visualização.</p>
<p>21. O protocolo mais comum utilizado para dar suporte ao correio eletrônico é o</p> <p>(A) SNMP.</p> <p>(B) FTP.</p> <p>(C) HTTP.</p> <p>(D) NTFS.</p> <p>(E) SMTP.</p>	<p>25. A função <i>Live Bookmarks</i> do Mozilla Firefox 2 permite receber</p> <p>(A) <i>feeds</i> de RSS no navegador.</p> <p>(B) suporte multi-plataforma.</p> <p>(C) atualizações automáticas do navegador.</p> <p>(D) extensões de segurança.</p> <p>(E) extensões de personalização.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

26. Quanto à administração pública, o atributo do ato administrativo que garante seu integral cumprimento, a terceiros, independentemente de sua concordância, inclusive, se necessário for, com exigibilidade coercitiva, é o denominado de

- (A) imperatividade.
- (B) presunção de legitimidade.
- (C) tipicidade.
- (D) presunção de veracidade.
- (E) auto-executoriedade.

27. O Poder Constituinte originário caracteriza-se por ser

- (A) inicial, ilimitado e reformador.
- (B) inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- (C) autônomo e condicionado.
- (D) reformador e decorrente.
- (E) condicionado e decorrente.

28. No que toca ao processo legislativo, é correto afirmar:

- (A) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de noventa dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- (B) É permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- (C) É permitida a edição de medidas provisórias sobre matéria que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
- (D) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.
- (E) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias não dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

29. A capacidade eleitoral passiva é concernente ao direito político classificado por

- (A) plebiscito.
- (B) referendo.
- (C) participação partidária.
- (D) alistabilidade.
- (E) elegibilidade.

30. No que diz respeito ao Poder Judiciário, considere:

- I. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos membros do respectivo órgão especial, poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- II. Ao Poder Judiciário é assegurada parcial autonomia administrativa e financeira, sendo que os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- III. O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.
- IV. Compete privativamente aos tribunais organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e III.

Direito Administrativo

31. Tício, funcionário público da União, opôs resistência injustificada ao andamento de processo que deveria movimentar. Considerando que foi a primeira vez que praticou tal conduta, ele está sujeito à penalidade prevista na Lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, que consiste em

- (A) advertência, por escrito.
- (B) desconto de um dia dos seus vencimentos.
- (C) demissão.
- (D) advertência verbal.
- (E) suspensão.

32. Sobre os princípios básicos da Administração, considere:

- I. Exigência de que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.
- II. A atuação da Administração Pública deve sempre ser dirigida a todos os administrados em geral, sem discriminação de qualquer natureza.

Essas afirmações referem-se, respectivamente, aos princípios da

- (A) moralidade e eficiência.
- (B) impessoalidade e legalidade.
- (C) eficiência e impessoalidade.
- (D) legalidade e impessoalidade.
- (E) eficiência e legalidade.

33. Atos normativos são

- (A) atos que não contêm uma manifestação de vontade da Administração.
- (B) aqueles pelos quais a Administração pode impor diretamente sanções a seus servidores ou aos administrados em geral.
- (C) aqueles editados em situações nas quais uma determinada pretensão do particular coincide com a manifestação de vontade da Administração.
- (D) atos administrativos internos, endereçados aos servidores públicos, que veiculam determinações atinentes ao adequado desempenho de suas funções.
- (E) os que contêm comandos gerais e abstratos aplicáveis a todos os administrados que se enquadrem nas situações nele previstas.

34. De conformidade com a Lei do Pregão,
- (A) a definição do objeto pode ser genérica, permitida a especificação por marca e modelo.
 - (B) o prazo de validade das propostas é de 120 dias, se outro não for fixado no edital.
 - (C) é vedada a exigência de pagamento de taxas e emolumentos, inclusive os referentes a fornecimento do edital.
 - (D) não é vedada a exigência de garantia da proposta.
 - (E) é vedada a exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.

35. NÃO é proibido de atuar no processo administrativo o servidor ou autoridade que
- (A) tenha participado ou venha a participar como testemunha ou representante.
 - (B) tenha participado ou venha a participar como perito.
 - (C) tenha interesse direto ou indireto na matéria.
 - (D) tenha parente por afinidade até o quarto grau que participou ou que venha a participar como testemunha.
 - (E) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

36. Nas hipóteses de atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito, o agente está sujeito, dentre outras penalidades, à suspensão dos direitos políticos de
- (A) oito a dez anos e pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.
 - (B) seis a dez anos e pagamento de multa civil de até três vezes o valor do dano.
 - (C) oito a doze anos e pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do acréscimo patrimonial.
 - (D) cinco a oito anos e pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano.
 - (E) três a cinco anos e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

Direito Civil

37. Corre normalmente a prescrição
- (A) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
 - (B) entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.
 - (C) contra os ausentes do país em serviço público dos municípios.
 - (D) contra os que se acharem servindo as forças armadas, em tempo de paz.
 - (E) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

38. A respeito da novação, é correto afirmar:
- (A) Se o novo devedor for insolvente e não tiver havido má-fé na substituição, tem o credor, que o aceitou, ação regressiva contra o primeiro.
 - (B) A novação em nenhuma hipótese pode acarretar a extinção dos acessórios e garantias da dívida.
 - (C) A novação por substituição do devedor não pode ser efetivada sem o consentimento deste.
 - (D) Importa exoneração do fiador a novação feita sem o seu consenso com o devedor principal.
 - (E) Podem ser objeto de novação, dentre outras modalidades, as obrigações extintas.

39. Considere:
- I. A lei do país onde for domiciliada a pessoa determina a regra sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
 - II. Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
 - III. Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do local da celebração.
 - IV. O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III e IV.

40. A respeito da cessão de crédito, é INCORRETO afirmar:
- (A) O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
 - (B) Na cessão de um crédito, salvo disposição em contrário, abrangem-se todos os seus acessórios.
 - (C) Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
 - (D) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título de crédito cedido.
 - (E) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.

Direito Processual Civil

41. Se ocorrer a revelia,
- (A) o réu não poderá intervir no processo, salvo para interpor recurso da sentença que lhe for desfavorável.
 - (B) reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, qualquer que seja o direito sobre o qual versar o litígio.
 - (C) contra o revel, que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de publicação, a partir de cada ato decisório.
 - (D) o autor poderá demandar declaração incidente, promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 5 dias.
 - (E) o autor não poderá, sem promover nova citação do réu, alterar o pedido, mas poderá alterar a causa de pedir.

42. Na execução por quantia certa contra devedor solvente, ao despachar a inicial, o juiz fixou os honorários advocatícios a serem pagos pelo executado em 10% do valor da execução. Se o executado, citado, efetuar o pagamento da dívida no prazo de 3 dias, a verba honorária

- (A) será reduzida em um terço.
- (B) será reduzida em dois terços.
- (C) será reduzida à metade.
- (D) deverá ser integralmente paga.
- (E) não será devida.

43. A respeito das partes e dos procuradores, é INCORRETO afirmar:

- (A) Reputa-se litigante de má-fé aquele que interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.
- (B) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, não poderão opor a irregularidade de sua constituição.
- (C) A herança jacente ou vacante será representada em juízo por seu inventariante.
- (D) A sentença não condenará o vencido a pagar honorários advocatícios nos casos em que o advogado funciona em causa própria.
- (E) Quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte.

44. Numa ação ordinária movida contra cinco réus, Paulo foi pessoalmente citado por oficial de justiça, tendo o mandado de citação sido juntado aos autos em 10/09/2005; Pedro foi citado por edital, cujo prazo se expirou em 10/10/2005; João foi citado por carta rogatória, juntada aos autos em 13/11/2005; José foi citado por carta precatória, juntada aos autos em 15/11/2005; e Luiz foi citado pelo correio, tendo o aviso de recebimento sido juntado aos autos em 20/11/2005. O prazo para contestação em relação a Paulo começou a correr da data da juntada aos autos

- (A) do aviso de recebimento da carta de citação de Luiz.
- (B) do decurso do prazo do edital de citação de Pedro.
- (C) da carta precatória expedida para citação de José.
- (D) da carta rogatória expedida para citação de João.
- (E) do mandado da sua citação pessoal por oficial de justiça.

45. A respeito das provas, é correto afirmar:

- (A) A instauração de incidente de falsidade de documento juntado aos autos não implica suspensão do processo principal.
- (B) Se o juiz determinar, de ofício, nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida, a segunda perícia substitui a primeira, que não mais terá valor probante.
- (C) Não pode ser impugnada a autenticidade de cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado sob sua responsabilidade pessoal.
- (D) A confissão extrajudicial feita por escrito à parte ou a quem a represente tem a mesma eficácia probatória da judicial.
- (E) O juiz não pode determinar, de ofício, após o encerramento da instrução, o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.

Direito do Trabalho

46. No que concerne ao trabalho temporário, analise:

- I. Empresas do mesmo grupo econômico não podem manter empresa de trabalho temporário para atender às demandas de suas co-irmãs.
- II. O prazo máximo de duração do contrato celebrado entre a tomadora e fornecedora de mão-de-obra, em relação a um mesmo empregado é, em regra, de noventa dias.
- III. É permitida a contratação de estrangeiro sob a modalidade de contrato de trabalho temporário quando portador de visto provisório no País.
- IV. Em regra, ao trabalhador temporário é assegurado, dentre outros direitos, adicional noturno, aviso prévio e o salário-maternidade.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II.
- (E) II, III e IV.

47. Quanto ao empregado doméstico, considere:

- I. É permitido ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado doméstico por fornecimento de vestuário.
- II. Em nenhuma hipótese poderá o empregador doméstico efetuar desconto no salário do empregado doméstico por fornecimento de moradia.
- III. As despesas pelo fornecimento de alimentação e higiene não têm natureza salarial nem se incorporam à remuneração do empregado para quaisquer efeitos.
- IV. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.

48. Hipoteticamente, considere que a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Prefeitura de São Paulo, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contrataram de forma irregular, por meio de empresa interposta, trabalhador terceirizado. Neste caso, tal contratação

- (A) gerará vínculo de emprego apenas com o ECT e o CNPq.
- (B) não gerará vínculo de emprego com o IBGE, a Prefeitura de São Paulo, a ECT e o CNPq.
- (C) gerará vínculo de emprego apenas com o IBGE.
- (D) gerará vínculo de emprego com o IBGE, a Prefeitura de São Paulo, a ECT e o CNPq.
- (E) gerará vínculo de emprego apenas com o IBGE e o CNPq.

49. No que se refere à estabilidade, analise:
- I. A estabilidade provisória do cipeiro constitui, além de uma vantagem pessoal, uma garantia para as atividades dos membros da CIPA.
 - II. O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
 - III. Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não subsiste a estabilidade do dirigente sindical.
 - IV. O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade.

De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II e IV.

50. A empresa privada Amarílis cessou suas atividades pagando indenização simples para seus funcionários. A empresa privada Violeta cessou suas atividades pagando indenização em dobro para seus funcionários. Nestes casos, o pagamento da indenização
- (A) não exclui, por si só, o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio.
 - (B) só excluirá o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio se o pagamento da indenização ocorrer até o quinto dia útil do mês seguinte à cessação das atividades.
 - (C) não exclui, por si só, apenas aos empregados da empresa Amarílis, o direito ao aviso prévio.
 - (D) não exclui, por si só, apenas aos empregados da empresa Violeta, o direito ao aviso prévio.
 - (E) exclui, por si só, o direito dos empregados de ambas as empresas ao aviso prévio.

51. Com relação às Convenções Coletivas de Trabalho e aos Acordos Coletivos de Trabalho, é INCORRETO afirmar:
- (A) Os reajustes salariais previstos em norma coletiva de trabalho não prevalecem frente à legislação superveniente de política salarial.
 - (B) No acordo coletivo de trabalho é necessária a presença do sindicato no pólo empresarial de contratação, obedecendo-se o princípio da legalidade e da isonomia.
 - (C) Não prorrogada a Convenção Coletiva de Trabalho, os seus efeitos não se estenderão aos contratos individuais firmados após seu termo.
 - (D) As Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho são instrumentos formais e solenes, devendo ser necessariamente lançados por escrito e submetidos à divulgação pública.
 - (E) Não é permitida a estipulação de Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos de Trabalho com duração superior a dois anos.

52. Raimunda é garçonete no restaurante do TIO TITO e recebe, além do seu salário mensal, gorjetas fornecidas espontaneamente pelos clientes. Neste caso, as gorjetas
- (A) integram a remuneração da Raimunda e servem de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas-extras e repouso semanal remunerado.
 - (B) integram a remuneração de Raimunda, não servindo de base de cálculo apenas para o repouso semanal remunerado.
 - (C) integram a remuneração de Raimunda, mas não servem de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas-extras e repouso semanal remunerado.
 - (D) integram a remuneração de Raimunda, não servindo de base de cálculo apenas para as parcelas de aviso-prévio.
 - (E) não integram a remuneração de Raimunda, uma vez que não são cobradas pelo empregador na nota de serviço, mas fornecidas espontaneamente pelos clientes.

Direito Processual do Trabalho

53. No que diz respeito à Ação de Cumprimento, considere:
- I. É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.
 - II. Procede ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada perpetrada por decisão proferida em ação de cumprimento, em face da sentença normativa, na qual se louvava ter sido modificada em grau de recurso.
 - III. Há legitimidade concorrente para a propositura da ação de cumprimento, uma vez que tanto o sindicato quanto os empregados poderão propô-la.
 - IV. A competência para processar e julgar ação de cumprimento é, em regra, do Tribunal Regional do Trabalho de competência do local da prestação do serviço.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) II, III e IV.

54. Considere:
- I. A reclamação trabalhista A tem como partes Maria e sua ex-empregada doméstica Ursula.
 - II. A reclamação trabalhista B tem como partes a micro-empresa SAPO e seu ex-empregado João.
 - III. A reclamação trabalhista C tem como partes a sociedade anônima RATO e seu ex-empregado Domingos.
 - IV. A reclamação trabalhista D tem como partes a empresa privada ROMA e sua ex-funcionária Vânia.
- Para se fazerem representados em audiência, o preposto deverá ser necessariamente empregado do(a) reclamado(a) APENAS nas demandas indicadas em
- (A) II e III.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) III e IV.

55. A competência originária para apreciar e julgar mandado de segurança impetrado em face de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região é

(A) do Supremo Tribunal Federal.

(B) da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho.

(C) do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho.

(D) do próprio Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.

(E) da Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.

56. O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de oito dias, na hipótese de interposição, APENAS, de recursos

(A) ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo obrigatório que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

(B) de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

(C) ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

(D) ordinário e de agravo de petição, sendo obrigatório que a matéria neles veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

(E) ordinário e de revista, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

57. Considere:

I. Dissídio individual com decisão contrária à Fazenda Pública, com conseqüente condenação correspondente a R\$ 35.000,00.

II. Dissídio individual com decisão contrária à Fazenda Pública mas em consonância com orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

III. Ação rescisória com decisão proferida pelo juízo de primeiro grau desfavorável ao ente público condenando a Fazenda Pública em R\$ 25.000,00.

IV. Mandado de segurança em matéria trabalhista no qual figura, na relação processual, pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem.

Estão obrigatoriamente sujeitas ao duplo grau de jurisdição as demandas indicadas APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) II e III.

(C) I e III.

(D) I, II e III.

(E) II e IV.

58. A notificação presume-se recebida

(A) na data da juntada aos autos do aviso de recebimento.

(B) três dias após a juntada aos autos do aviso de recebimento.

(C) na data da assinatura do aviso de recebimento.

(D) na data de sua expedição.

(E) em 48 horas da data de sua postagem.

59. Considere as assertivas abaixo a respeito do pressuposto recursal específico do prequestionamento:

I. Em regra, diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito.

II. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.

III. O prequestionamento só é exigível em recurso de natureza extraordinária, como o recurso de revista e os embargos para a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.

IV. Deve-se exigir o prequestionamento quando a violação à disposição literal de lei surge no próprio acórdão impugnado pelo recurso de revista.

Está correto o que consta APENAS em

(A) I, II e III.

(B) II e III.

(C) III e IV.

(D) I e II.

(E) II, III e IV.

60. Com relação ao mandato e ao substabelecimento, é correto afirmar:

(A) Existindo previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento de mandato terá validade, inclusive se anexado ao processo após o aludido prazo.

(B) Considera-se irregular a representação se o substabelecimento é anterior à outorga passada ao substabelecido.

(C) O advogado sem procuração poderá propor reclamação trabalhista a fim de evitar a decadência de direitos, devendo, no entanto, exibir o instrumento do mandato no prazo improrrogável de 90 dias.

(D) É inválido o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.

(E) São inválidos os atos praticados pelo substabelecido, se não houver, no mandato, poderes expressos para substabelecer.

